

DISSEMINAÇÃO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA NA PROVÍNCIA DO PARÁ NA DÉCADA DE 1870

DISSEMINATION OF PUBLIC PRIMARY INSTRUCTION IN THE PROVINCE OF PARÁ IN THE DECADE 1870

Vitor Sousa Cunha Nery¹
Universidade do Estado do Amapá

Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França²
Universidade do Estado do Pará

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de analisar estratégias de disseminação da instrução primária pública na província do Pará na década de 1870. Metodologicamente, o estudo se apoia numa pesquisa documental extensa e cuidadosa, que inclui relatórios e ofícios de presidentes da província do Pará; relatórios de diretores da instrução pública; legislações educacionais e regulamentos das escolas primárias da província do Pará e jornais locais. Essas fontes foram pesquisadas na Biblioteca Pública do Pará Arthur Viana, no Arquivo Público do Estado do Pará, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e na Biblioteca Nacional. Para compreendermos as estratégias de disseminação da instrução primária na província do Pará, na década de 1870, fundamentamo-nos em teóricos da “história cultural”. Entre as estratégias de disseminação da instrução pública primária, estão: a criação de escolas primárias noturnas, a instrução pública ofertada por instituições filantrópicas, no âmbito de instituições públicas como o Exército, a Marinha, a Polícia e as Cadeias e a criação de escolas primárias agrícolas. A instrução primária, na província do Pará, estabeleceu-se na década de 1870, sobre bases sociopolíticas e culturais que acompanhavam o projeto moderno de construção do Estado-nação. Nesse sentido, o governo provincial priorizou a instrução pública elementar como política de governo. Observa-se, nesse período, a emergência de iniciativas no sentido de expandir a educação popular sem a província paraense ter as condições necessárias para funcionar e manter as escolas primárias. Entendemos que este estudo contribui para escrever a história da educação na Amazônia, porque promove uma discussão sobre a instrução primária na província do Pará, na segunda metade do Século XIX. Também fomentará outras pesquisas acerca da história da educação na Amazônia, sobre outros níveis de ensino, bem como outros períodos da instrução na província do Pará.

Palavras-chave: Instrução primária. Província do Pará. Século XIX.

¹ Mestre em Educação (PPGED-UEPA), Professor da Universidade do Estado do Amapá (UEAP), membro do Grupo de Pesquisa História da Educação na Amazônia (GHEDA) e do Grupo de Estudos, Pesquisas e Práticas em Educação na Amazônia Amapaense (GEPEA). Email: vitor.nery@ueap.edu.br.

² Doutora em Educação (UNICAMP), Professora do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade do Estado do Pará (UEPA), líder do Grupo de Pesquisa História da Educação na Amazônia (GHEDA). Email: socorroavelino@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

O Século XIX é considerado por muitos estudiosos da história da educação como o “século da instrução primária” no mundo e no Brasil. Essa consideração nos motiva a tematizar, neste artigo, a história da expansão da instrução pública primária na província do Pará, na segunda metade do Século XIX, mais especificamente, na década de 1870.

A escolha por esse período é devido à província do Pará estar inserida no movimento nacional e internacional de disseminação da instrução pública entre as classes populares, num período em que a quantidade de escolas e de alunos passou a ser considerada importante indicador de progresso e de civilização de uma nação.

Este artigo tem o objetivo de analisar as estratégias de disseminação da instrução pública primária, na província do Pará, na década de 1870. Metodologicamente, este estudo se apoia numa pesquisa documental extensa e cuidadosa, que inclui relatórios e ofícios de presidentes da província do Pará; relatórios de diretores da instrução pública; legislações educacionais e regulamentos de escolas primárias da província do Pará e jornais locais. Essas fontes foram pesquisadas na Biblioteca Pública do Pará Arthur Viana, no Arquivo Público do Estado do Pará, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e na Biblioteca Nacional.

Os documentos “oficiais”, como relatórios de presidentes da província do Pará e de diretores da instrução pública, foram fontes fundamentais para esta pesquisa, pois, por meio deles, foi possível fazer o mapeamento geográfico e estatístico da instrução pública na província do Pará na década de 1870. Para Gatti Júnior e Araújo (2002), através desses documentos, foi possível perceber a “fala” oficial e autorizada e comparar e relacionar, no corpo do mesmo relatório, a instrução pública com as outras preocupações do governo provincial como, por exemplo, a saúde, o comércio, a infraestrutura, entre outras.

As legislações educacionais e os regulamentos escolares também foram utilizados na pesquisa. Segundo Faria Filho (1998), esses documentos, reconhecidos como práticas sociais e produzidos pelos sujeitos históricos, remeterem a diversos aspectos da vida social e revelam seus interesses e desejos, configurando-se como espaços, objeto e objetivo de lutas políticas. Os jornais locais descortinaram um novo mundo, mais rico em detalhes e mais dinâmico nas relações sociais. De acordo com Nóvoa (1997), os jornais não só servem para fornecer a memória dos percursos

educacionais, mas também, sobretudo, permitem compreender que não há nenhum determinismo na evolução dos sistemas educativos, das ideias pedagógicas ou das práticas escolares: tudo é produto de uma construção social.

Para compreender o processo de organização e expansão da instrução primária na província do Pará, na década de 1870, fundamentamo-nos em teóricos da história cultural que, segundo Chartier (2002 p. 16), tem como “[...] principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. O autor acrescenta que

as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem impor uma autoridade à custa de outros, pois elas menosprezadas a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas [...]. As lutas de representação tem tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio (CHARTIER, 2002, p. 17).

A história cultural é, portanto, o resultado de um diálogo que se estabeleceu, desde os anos de 1960, entre a Sociologia, a Antropologia e a História. Nessa abordagem, a cultura é entendida como

uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais se apresentam de forma cifrada, portanto, já é um significado e uma apreciação valorativa (PESAVENTO, 2008, p. 15).

A história cultural também estuda quem produz a cultura, como intelectuais, artistas, políticos etc., ou seja, as “mentalidades” são de grande utilidade para compreendermos as atitudes de homens e mulheres “perante a morte, a família, a sexualidade, o poder, a religião, a educação, entre outros”, e se ela alcançou todo esse espaço, foi somente porque “garantiu o elo entre as representações e as práticas, entre o individual e o coletivo, oferecendo a cada uma das histórias especializadas seu alcance geral” (PESAVENTO, 2008, p. 186).

Essa nova forma de escrever a história da educação “[...] tem possibilitado olhar a educação escolar no Império de um ponto de vista enriquecido [...]” (HILSDORF, 2003, p. 41). As pesquisas sobre a instrução primária, no período imperial, têm trazido à luz vários aspectos que, até então, estavam na penumbra, na invisibilidade, permitindo

traçar um novo “quadro geral” da instrução pública primária no Brasil no Século XIX e, no caso deste estudo, também na Amazônia paraense.

1 ESTRATÉGIAS DE DISSEMINAÇÃO DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA

Na década de 1870, os governantes da província do Pará empregaram, em seus discursos, os termos disseminar, difundir, propagar e estender a instrução a todos: às “[...] classes populares, às massas e às mais longínquas localidades” (PROVINCIA DO PARÁ, 1876, p. 3).

Com base no conceito de representação de Chartier (1998), é possível observar que as representações do mundo social são expressas nos discursos políticos contidos na documentação oficial - legislações, relatórios e ofícios de dirigentes locais. Esses discursos estiveram presentes na legislação e nas práticas educacionais dos presidentes da província do Pará, e o jornal “Província do Pará” do ano de 1876 expressou a aspiração das autoridades da província do Pará no referido período, imbuídos do desejo de estender a instrução popular aos mais longínquos lugares.

[...] Queremos a instrução primaria derramada por todos os ângulos, por todas as cidades, por todas as villas, aldêas, freguezias, povoações da província. Onde houver um fôlego humano para quem o alfabeto for um phantasma, um enigma indecifrável, ahí queremos um professor. Porque só assim atingiremos o pé de nação civilisada, porque emfim só a luz da instrucção pode libertar o povo brasileiro da ignorância em que se debate [...] (PROVINCIA DO PARÁ, 1876, p. 3).

Essa representação da instrução como uma fórmula para transformar homem vem ao encontro do pensamento que circulava pelo território brasileiro, o qual percebia a escolarização da população, sobretudo a das camadas mais pobres, como um imperativo para o desenvolvimento do Estado nacional e a civilidade. Esse anseio trazia consigo o desafio das grandes distâncias que separavam as povoações da província do Pará, tanto que o acesso a muitas localidades só era possível por meio dos rios.

Segundo Rizzini (2004), a população da província do Pará vivia dispersa pelo vasto território, dedicava-se às atividades extrativas e à pequena agricultura em sítios afastados dos núcleos populacionais. Esse era o enorme desafio à difusão da instrução primária, argumento explorado exaustivamente pelos presidentes da província do Pará em seus relatórios.

Nas décadas de 1860 e 1870, o governo provincial paraense promoveu uma intensa mobilização em prol da instrução pública primária, especialmente a partir de 1875, quando os relatórios provinciais registraram um significativo aumento no número de escolas e de alunos matriculados, conforme podemos observar no quadro 1.

QUADRO 1 - Número de escolas primárias públicas e de alunos na província do Pará (1840-1880)

Ano	ESCOLAS				ALUNOS		
	Masculinas	Femininas	Mistas	Total	Meninos	Meninas	Total
1840	36	1	-	37	738	25	763
1850	38	4	-	42	1.158	134	1.292
1860	62	14	-	76	3.036	560	3.596
1870	80	27	-	107	3.778	882	4.660
1872	92	72	-	164	-	1.012	5.592
1875	-	-	-	226	4.580	-	10.576
1880	174	71	5	250	-	-	12.102

Fonte: Pará (1840-1880).

Os dados escolares divulgados pela diretoria de instrução pública da província do Pará basearam-se em mapas enviados pelos professores públicos. Mas esses mapas eram considerados, quase unanimemente, como irrealistas, pois, muitas vezes, os professores anotavam o número de alunos matriculados, mas não os que efetivamente frequentavam as aulas. As documentações oficiais da província do Pará anunciavam o firme propósito de disseminar a educação e a instrução pelo interior amazônico e estender o seu alcance às mais diversas categorias sociais da população mais pobre.

Apesar de não termos citado todas as estatísticas sobre a instrução primária paraense, consideramos relevante mencionar a importância que os números da educação escolar assumem para o governo provincial nesse período. De um lado, eles exibem, a valorização dada por determinada administração à educação de seus governados e, de outro, expõem as dificuldades enfrentadas para investir em uma das áreas em que os discursos eram os mais exaltados: o da educação e da instrução popular.

Dentre as estratégias de disseminação da instrução pública primária, na província do Pará, na década de 1870 estão: a criação de escolas primárias noturnas, a instrução primária ofertada por instituições filantrópicas e a instrução primária ofertada no âmbito de instituições públicas como o Exército, a Marinha, a Polícia e as Cadeias e a criação de escolas primárias agrícolas.

2 ESCOLAS PRIMÁRIAS NOTURNAS

No início dos anos 1870, o governo paraense instaurou uma política visando estender o benefício da instrução primária aos adultos de classes pobres, principalmente os “operários”, através da regulamentação e da criação de escolas noturnas na capital e nas cidades do interior.

O presidente do Pará, Abel Graça, percebeu, nessas escolas, “um elemento de prosperidade” em toda parte. Mostrou-se empolgado com a frequência dos alunos aos cursos primários noturnos no Pará, apesar de sua criação recente. Trabalhadores que, durante o dia, tiravam a sua subsistência, à noite, podiam “[...] cultivar a inteligência que, na infância, ficou abandonada [...]” (PARÁ, 1872, p. 10).

Em 1871, foram nomeados oito professores públicos para reger escolas noturnas nas cidades paraenses, sendo que Belém contava com 339 alunos nas escolas públicas e nas particulares. O presidente assegurou ter aberto as escolas aos escravos, porque desejava incluir a Província na obra patriótica da emancipação do elemento servil (PARÁ, 1872, p. 12).

De acordo com Rizzini (2004), a argumentação vai ao encontro das discussões das décadas de 1870 e 1880 a respeito da necessidade de o poder público e de outros setores da sociedade prepararem os escravos para a inserção gradual na sociedade brasileira, prevendo-se a sua emancipação futura. O presidente da província do Pará, Abel Graça, justificou a iniciativa alegando que, “[...] fora do estado da servidão e entrando para a sociedade livre, o homem liberto deve levar algumas luzes, alguns rudimentos de moral e bons costumes, para lhes servir de guia [...]” (PARÁ, 1872, p. 11).

Perseguindo o objetivo do “[...] derramamento da instrução por todas as classes sociais [...]”, no Pará existiam, em 1873, 16 escolas noturnas para adultos, oito públicas e oito particulares. As públicas contavam com 150 alunos - duas escolas instaladas na capital, e as demais, uma em cada cidade do interior. As escolas primárias particulares atendiam a 325 alunos livres, uma delas especialmente destinada a escravos e com 55 alunos (PARÁ, 1872).

Em 1875, as escolas noturnas públicas, em número de sete, instruíam 192 adultos. Já a iniciativa particular estava reduzida a cinco escolas, com 83 alunos, e não há mais referência à escola para escravos (PARÁ, 1874, p. 18). Até o final do Império, foram mantidas oito escolas noturnas públicas nas cidades paraenses e proibida a

alfabetização de escravos pelo poder público. Diante disso, os dados da frequência diária das escolas públicas paraenses assinalam que as escolas noturnas não atingiram o desenvolvimento esperado, aparentemente por falta de procura por parte daqueles que se esperavam instruir. Também não há qualquer referência a alunos escravos nas escolas públicas, e quanto à escola particular para escravos acima citada, apenas é dito que pertencia ao colégio particular de Santa Maria de Belém.

O Almanaque Administrativo Mercantil e Industrial (1871, p. 87) informou que a referida escola foi fundada em 1871, pelo Padre Félix Valente de Leão, apoiado por três cidadãos que se prestaram a lecionar gratuitamente, e um deles custeava as aulas, compostas pelo programa básico de leitura, escrita e as quatro operações aritméticas (PARÁ, 1873, p. 14).

No Brasil Império, os primeiros apontamentos sobre o ensino noturno para adultos foram denominados educação ou instrução popular. Paiva (1987, p. 54) afirma que, por volta de 1870, houve um surto de progresso na economia brasileira, com consequências sobre sua organização social e a introdução de ideias liberais; apareceram também os primeiros pronunciamentos em favor da educação do povo. Não se tratava, entretanto, de um movimento, mas de pronunciamentos isolados de indivíduos interessados no problema. Um exemplo é o parecer do projeto de Rui Barbosa de 1882, o primeiro diagnóstico da educação popular no país. Nesse período da história da educação brasileira, a autora trata a educação de adultos como parte da educação popular.

Além disso, as principais ideias sobre a educação popular, durante o Império, abarcaram os debates dos projetos de reforma do ensino no Município da Côrte apresentados à Assembleia Legislativa e concentraram-se na busca de uma estratégia através da qual o Governo Central pudesse auxiliar as províncias na difusão da instrução popular, na impossibilidade de modificar o preceito constitucional que descentralizava o ensino elementar. Outra discussão mais antiga referia-se ao ensino obrigatório:

Com relação à educação dos adultos, ela se desenvolve – de forma precária e irregular – a partir de 1870, quando quase todas as províncias criam escolas noturnas. A criação de tais escolas, entretanto, estava (com algumas exceções) ligada à valorização da educação em si mesma, sem considerar o seu aspecto instrumental e sem adequação às reais necessidades de ensino para a faixa da população à qual eram destinadas (PAIVA, 1987, p. 75).

Assim, as observações de Paiva (1987) esclarecem alguns aspectos relativos à criação das aulas noturnas nas províncias e os primeiros debates sobre a educação de adultos.

3 INSTRUÇÃO PRIMÁRIA OFERTADA POR INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS

A província do Pará também contou com a presença de atuantes associações, como a Associação Filantrópica de Emancipação de Escravos (1871), a Associação Promotora da Instrução Pública e a Associação Protetora da Infância desvalida. Esta última, em 06 de janeiro de 1872, informou à população, através do Jornal O Liberal do Pará: “Está aberta a matrícula dos meninos pobres que se quiserem inscrever na escola de instrução primária”. Assim, garantia que aos alunos seria oferecido o material necessário para a utilização nas aulas.

“No final do Século XIX, de acordo com Schueler (2000, p. 21), muitas foram as vozes que proclamaram a necessidade de educar as crianças ditas pobres e abandonadas, os órfãos, os menores ‘vagabundos’ e os ‘ingênuos’. As instituições filantrópicas surgiram nas três últimas décadas do Século XIX e apresentaram grande significado político e social durante o referido século, pois tiveram uma atuação de grande importância ao assumir a responsabilidade por diversas iniciativas de assistência social.

A principal diferença das instituições de ensino filantrópicas para outras era de que elas ofereceriam um serviço a mais: a formação profissional. Segundo Arantes (2009), grande parte dos estabelecimentos destinados a acolher crianças “órfãs”, “necessitadas”, “desvalidas” ou “viciosas” dispunha-se a oferecer algum tipo de ensino manual, prático ou profissionalizante. Na década de 1870, três instituições filantrópicas foram criadas na província do Pará, a saber: o Asylo Nossa Senhora do Carmo (1871), o Instituto Paraense de Educandos Artífices (1872) e o Asylo Santo Antônio (1878).

Para Bezerra Neto (1998, p. 89), o surgimento de todas essas instituições representava “[...] a materialização dos anseios de vários grupos sociais que vivenciavam as transformações ocorridas na sociedade paraense, a partir das últimas décadas do Século XIX, embalados na crença do progresso social e moral dos povos [...]”. O objetivo das instituições filantrópicas citadas anteriormente era de formar um cidadão para ser útil à pátria, mas também, principalmente, formar sujeitos capazes de realizar uma ocupação útil. Isso, no plano político, impediria o surgimento dos pensamentos considerados subversivos e revolucionários, especialmente no que dizia

respeito às propostas de mudanças de sistema de governo, e direcionaria as preocupações populares aos assuntos ligados às “[...] fontes do trabalho agrícola, industrial e comercial que melhor bem-estar pudessem propiciar [...]” (ARANTES, 2009, p. 195).

Bezerra Neto (1996) afirma que, durante a sociedade da borracha, a criação de institutos de ensino profissionalizante na província paraense, como, por exemplo, o Instituto de Educandos Artífices (1870-1900), inseria-se no contexto de desenvolvimento fabril da cidade de Belém, mesmo que incipiente, capacitando mão de obra para as diversas atividades econômicas urbanas. De acordo com Rizzini (2004), as instituições filantrópicas que ofertavam instrução primária e um ensino profissionalizante tinham uma participação na produção e atendiam, principalmente, às necessidades da máquina governamental e reforçavam a tentativa de instalar a modernidade almejada na época.

4 “ESCOLAS PRIMÁRIAS ESPECIAIS” EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

No âmbito da política de extensão da instrução às outras classes, o governo paraense criou “escolas primárias especiais” em instituições públicas, como os corpos de polícia, para a instrução de guardas. Em inícios de 1874, cerca de 80 praças estudavam na escola do corpo de polícia do Pará (PARÁ, 1874, p. 18). No ano seguinte, conforme citado no relatório provincial, foram criadas cinco escolas primárias, voltadas para a instrução do pessoal dos Arsenais de Marinha, com 129 alunos, dos corpos dos exércitos, 99, e da cadeia pública da capital, 25 participantes.

A prática de direcionar crianças, a partir dos sete anos de idade, e expô-las ao trabalho e aos Arsenais da Marinha, tornou-se comum no Século XIX, sobretudo, como parte da preocupação dos governos e das irmandades de instituições filantrópicas de encontrar um destino para esses garotos com diferentes histórias de abandono (VENÂNCIO, 2000, p. 196).

As instituições militares, além de cumprir o papel de receber os meninos órfãos, os enjeitados e as crianças pobres, funcionaram como celeiro na formação de futuros operários e militares que se tornaram úteis a si e à nação.

Manter essas crianças em estabelecimentos militares era uma forma de colocá-las sob a “[...] vigilância e o controle de um Estado que começava a se organizar, sobretudo no Século XIX, na gestação da população, retirando das cidades doentes, mendigos e vadios [...]” (DONZELOT, 2001, p. 16). Em 1874, também foi ofertada

instrução primária no âmbito da Cadeia Pública, em Belém. Segundo o regulamento de 1874 da escola primária da Cadeia de São José, só era permitida a matrícula nessas escolas dos presos livres e sem doenças contagiosas. O ensino era diário e fornecido todo o material e os compêndios aos alunos, e os presos mais adiantados receberiam como prêmio a dispensa dos serviços que eram obrigados a fazer (PARÁ, 1874).

Quanto à estrutura do presídio, não era a das melhores para receber o ensino primário. Segundo Maroja (2002), a iluminação era precária, tanto que, em 1873, registraram-se um pequeno incêndio proveniente do gás da iluminação e o desabamento de uma das abóbodas³, além de constantes goteiras que, com o período de chuvas, traziam inúmeras doenças para os presos. Em 31 de julho de 1872, instalaram-se oficinas e uma escola para dar instruções aos presos. Mais tarde, em 1897, já qualificados, eles prestavam serviços às obras públicas.

A Cadeia Pública funcionava em 1767, ocupando determinada área do edifício que fora convento dos religiosos da Piedade e continuou ali estabelecido quando se tornou quartel da companhia de esquadrão de cavalaria. A expansão urbana, depois de 1808, transformou a rotina das casas penais nas capitais do Brasil, e os escravos transformados em prisioneiros foram utilizados nas obras públicas. As poucas ações humanitárias nas cadeias públicas eram desenvolvidas, em princípio, por irmandades religiosas. Em Belém, a Santa Casa de Misericórdia de mais destaque na província tinha, entre outros objetivos, o de preservar a mão de obra dos presos que eram utilizados nas obras públicas.

Devido às más condições em que o prédio se encontrava, o presidente da província, Manuel Veloso, ordenou que os presos fossem transferidos para a Cadeia de São José. Em registro, destaca-se que o primeiro preso foi o escravo Inácio, encarcerado em 12 de janeiro de 1858; em segundo, o escravo José da Silva, em 21 de janeiro; e em terceiro, os escravos Antônio José e Josefa. Depois, outros foram presos nas dependências da Cadeia Pública de São José, que comportava 150 presos. Porém, na década de 1860, foram presas somente 80 pessoas. Nas décadas seguintes, esse número foi aumentando, e os infratores eram provenientes de várias localidades da Província. Desde então, a população detenta ficou mais heterogênea - dividia-se entre homens livres brasileiros, escravos e estrangeiros. Em 31 de julho de 1872, foram instaladas

³ Abóbada é uma construção em forma de arco, com a qual se cobrem espaços compreendidos entre muros, pilares ou colunas.

oficinas e uma escola para dar instruções aos presos que, mais tarde, em 1897, já qualificados, prestavam serviços às obras públicas.

5 ESCOLAS PRIMÁRIAS AGRÍCOLAS

Outra estratégia adotada pelo governo provincial para disseminar a instrução pública foi a criação de escolas primárias agrícolas, no âmbito das colônias agrícolas da província, registrada no relatório de 1861, do presidente Ângelo Thomaz do Amaral. Um dos propósitos das colônias agrícolas da província do Pará era o de abrigar os imigrantes estrangeiros e as populações que estavam dispersas no interior da província. Isso significava superar um dos principais problemas quanto à expansão da instrução pública aos mais longínquos lugares da Amazônia.

Uma das escolas criadas foi a Escola Rural D. Pedro II, cujo objetivo era o de desenvolver a lavoura de cana de açúcar e criar gado. Funcionava na “Fazenda provincial Pinheiro”, situada na confluência do rio Maguary com o Guajará, em um lugar aprazível e saudável, nas proximidades de Belém (PARÁ, 1861, p. 13). Nunes (2011 p. 372) refere que a educação agrícola materializada na implantação da Escola Rural D. Pedro II foi um instrumento capaz de assegurar valores associados à ideia de prosperidade, de progresso e de civilização que fizessem parte dos interesses dos grupos sociais da Amazônia.

A “Escola Rural D. Pedro II” era a escola primária da agricultura que ensinava teoria e prática e destinava-se a formar trabalhadores, operários, feitores e administradores para trabalharem nos estabelecimentos rurais. Tinham acesso a esse ensino, de preferência, órfãos desvalidos, filhos de ex-escravos e colonos de poucas posses, como alunos internos e outras pessoas que quisessem se instruir, que seriam matriculados como alunos externos. Incluía-se, ainda, entre os possíveis atendimentos da escola rural, crianças indígenas (PARÁ, 1861, p. 13).

A escola rural se afirmaria como espaço de combate ao que se convencionou chamar de “vida ambulante” dos povos amazônicos, numa referência aos constantes deslocamentos das populações pelo interior da floresta (NUNES, 2011, p. 372). Nessa mesma região, onde estava situada a Escola Rural D. Pedro II, em 1875, foi fundada a Colônia de Benevides. Nessa área, permaneceram imigrantes de diversas nacionalidades - franceses, italianos, espanhóis, belgas, suíços, portugueses e brasileiros, particularmente nordestinos. Não se sabe ao certo o número de indivíduos que teriam entrado nessa Colônia.

De acordo com Muniz (1916), haviam entrado na Colônia de Benevides 364 pessoas, mas apenas 117 teriam permanecido no núcleo. Bulamarqui (1984) afirma que 179 teriam se deslocado para a referida colônia e que só restaram 32. Mais tarde, a Colônia de Benevides assumiu um caráter misto e recebeu um número considerável de nordestinos, particularmente de cearenses.

Nessa Colônia, que ficava a alguns quilômetros de Belém, também foram implantadas algumas escolas primárias. Sua diretoria, nos primeiros meses de 1879, apontava em um ofício enviado à diretoria de instrução pública, em 02 de agosto de 1880, o funcionamento de uma escola para crianças do sexo feminino, duas, do sexo masculino, e uma noturna, que atendiam a alguns colonos que tivessem interesse em aprender as primeiras letras (PARÁ, 1880, p. 1). A princípio, a implantação de uma instituição pública de instrução primária agrícola em Benevides tinha o objetivo de atender à imigração europeia. Mas os primeiros imigrantes estrangeiros que chegaram à Colônia de Benevides, segundo o relatório do presidente da província, Domingos José da Cunha Júnior, revelaram um considerável contraste em relação às imagens difundidas no Brasil, que considerava o imigrante, principalmente o europeu, como capaz de “preparar e cultivar as terras” e de elevar as profissões agrícolas na província do Pará (PARÁ, 1873, p. 25).

Com a chegada de várias famílias de migrantes nordestinos e a existência de muitas crianças, foi criada a primeira escola primária da colônia agrícola de Benevides que, segundo o jornal “O Liberal do Pará”, de 06 de abril de 1879, era dirigida pela Professora Filomena Rodrigues da Silva, que cuidava da educação das meninas, e as duas do sexo masculino, sob os cuidados do Padre Lyra e do Professor José Valhão de Vasconcelos. A escola que funcionava à noite era dirigida pelo Professor Antônio Duarte Balby (O LIBERAL, 1879, p. 1).

O ensino da leitura e da escrita, associado aos valores religiosos, constituía a base de ensinamento nessas escolas. Essa situação pode ser evidenciada na apresentação do nível de conhecimento dos alunos feita pelo Padre Lyra e na própria presença do pároco como um dos professores. De acordo com os dados da administração da colônia, dos 161 alunos matriculados de 1º de agosto a 06 de setembro de 1878 e que estavam sob os cuidados do Padre Lyra, ele fazia questão de destacar: “[...] 143 começavam a ler o “a-b-c”, 13 balbuciavam as primeiras sílabas, três já soletravam nomes, e outros três possuíam princípios de leitura [...]” (O LIBERAL, 1879, p. 1).

Essas escolas se dedicavam a ensinar leitura, escrita, as quatro operações aritméticas, noções práticas do sistema métrico, a doutrina cristã e a religião do Estado e costura para as meninas. No caso de ensinamentos mais adiantados, como de gramática portuguesa, caligrafia, desenho linear, aritmética avançada, elementos de geometria, de geografia e de história, eram ministrados somente nas escolas públicas da capital ou nas sedes dos municípios mais populosos. Caso os filhos dos colonos se interessassem em continuar os estudos, teriam que se deslocar para esses lugares, o que, quase sempre, não acontecia (O LIBERAL, 1879, p. 1).

A criação de escolas na Colônia Benevides estava circunscrita a um contexto marcado por discursos cujas propostas principais incluíam a disseminação da instrução pública a todos os habitantes do país. De acordo com as autoridades provinciais, o desafio era de expandir as escolas para os lugares distantes e pouco povoados (PARÁ, 1881, p. 60).

Diríamos que o conceito de ensino pensado pelas autoridades locais se remete ao surgimento de um espaço educacional articulado aos interesses do Estado. No entanto, é preciso considerar as resistências, os conflitos e as diversidades das práticas pedagógicas que caracterizaram a implantação e a implementação da forma moderna de educação pensada para o país.

As escolas públicas primárias, responsáveis pelo ensino das primeiras letras, eram, quase sempre, isoladas, ou seja, cada escola tinha um professor que regia uma aula, para atender a alunos de várias idades, na faixa etária que podia ir dos seis aos 15 anos. No caso de escolas com grande número de crianças, podiam ter o auxílio de um professor adjunto, o que não resolvia o problema de manter crianças de diferenciadas idades frequentando o mesmo espaço e obtendo o mesmo tipo de ensinamento (O LIBERAL, 1879, p. 1).

A casa utilizada como escola era alugada pelo professor ou professora, que morava com a família nesse mesmo espaço e reservava um dos cômodos para a função pública, o que se configurava como locais improvisados. A escolha da casa cabia ao mestre. Segundo denunciavam os visitantes das escolas, responsáveis pela fiscalização desses estabelecimentos, em geral, as residências eram acanhadas, anti-higiênicas e sem ventilação.

No interior, faltavam habitações apropriadas, por isso, em alguns casos, as escolas eram instaladas em verdadeiras palhoças. A falta de utensílios, de mobília e de livros levava os professores a utilizarem o que tinham à mão e a que estavam

habitados. Os meios disciplinares, quase sempre, extrapolavam o permitido por lei, fazendo com que as crianças aprendessem sob o jugo do “terror do mestre”, como diziam alguns visitantes. No caso específico da Colônia Benevides, as escolas funcionavam em prédios improvisados – uma, perto da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, e a outra, nos fundos da diretoria do núcleo. Essas duas escolas atendiam a até 50 crianças cada uma (O LIBERAL, 1879, p. 1).

As dificuldades de se implantar um ensino regular na província do Pará que garantisse a permanência dos educandos nas escolas públicas eram resultantes de duas situações: de um lado, o poder público não criava espaços de ensino para atender aos educandos; de outro, os colonos resistiam em encaminhar os filhos para frequentarem os improvisados estabelecimentos de ensino. Nesse caso, o diretor de instrução pública do Pará, em 1877, Joaquim Pedro Corrêa de Freitas, lamentou que grande parte das escolas fosse pouco frequentadas, devido ao período de colheita da borracha, quando os povoados eram abandonados por muitos de seus habitantes (PARÁ, 1877, p. 41).

Os estudos sobre a instrução nas diversas localidades do Pará, incluindo as escolas implantadas nos núcleos coloniais, realizados pela diretoria de instrução pública reforça a ideia de que a atividade extrativa seria o grande obstáculo para o desenvolvimento do ensino.

Sobre essa questão, Joaquim Pedro Corrêa de Freitas afirmou: “nos locais em que são mais disseminadas a população, menos frequentadas são as escolas”. Outra observação é quanto aos lugares em que a população se “entrega à extração da borracha”. Nesses espaços, as escolas, em certa época do ano, “ficam quase despovoadas”, ao passo que, nas escolas implantadas em localidades em que se vive da lavoura e da pesca, há um “[...] grande número de alunos matriculados, e a frequência nos diversos meses do ano é quase sempre a mesma [...]” (PARÁ, 1877, p. 41).

Nesse aspecto, de acordo com o relatório do presidente, Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, a lavoura implicava uma mudança considerada fundamental quanto aos hábitos dos colonos na província do Pará, porque, através da agricultura, eles deixariam a “vida errante” a que estavam habituados (PARÁ, 1876, p. 6).

Embora a lavoura fosse vista como um importante elemento de garantia de fixação do colono em determinada área, ao contrário do extrativismo, isso não exigiria que as populações se deslocassem constantemente do interior da província. Mas, na Colônia Benevides, a agricultura teve outro efeito quando relacionado à criação de

espaços de instrução pública primária, como, por exemplo, a pouca presença de crianças no núcleo colonial.

Assim, o que, para os professores, poderia ser uma opção dos pais, segundo o auto de inquérito da polícia de 13 de junho de 1879, no caso da cearense Maria Francisca do Espírito Santo, de 44 anos e moradora de Benevides desde 1878, tratava-se da necessidade de mais braços para o trabalho no roçado. Afinal, os seus três filhos ajudavam na capinagem e no plantio. Esse era um auxílio necessário, porquanto era preciso abreviar o quanto antes o trabalho de cultivo, uma vez que o auxílio do governo para os colonos recém-chegados a Benevides se estenderia apenas por seis meses (AUTO DE INQUERITO, 1879, p. 1).

Considerando o período de limpeza dos terrenos (final de agosto, setembro e outubro), do plantio (início de novembro e dezembro) e da primeira capinagem (final de janeiro e início de fevereiro), observa-se que, nos meses de novembro, dezembro e fevereiro é que se atinge a menor frequência nas escolas primárias. No caso da turma do Professor Antônio Balbi, com cerca de 119 alunos matriculados - menos da metade - 53 frequentavam a escola no período de cultivo nos lotes. Isso comprova que muitos colonos, como a cearense Maria Francisca do Espírito Santo, aproveitam o trabalho dos filhos para adiantar os serviços de plantio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A instrução primária na província do Pará estabeleceu-se na década de 1870 sobre bases sociopolíticas e culturais que acompanhavam o projeto moderno de construção do Estado-nação. Nesse sentido, o governo provincial priorizou a instrução pública elementar como política de governo. Observa-se, nesse período, a emergência de iniciativas no sentido de expandir a educação popular mesmo sem a província paraense ter as condições necessárias de funcionar e de manter as escolas primárias.

A escolarização primária tinha como sustentáculo o ensinar a ler, a escrever, a contar e a crer. O papel de instruir, quase sempre, confundia-se com a própria ação de educar, porque a escola era vista como *lócus* privilegiado para a inculcação de valores considerados fundamentais para a sociedade paraense. Entendemos que a instrução primária pública, na província do Pará, na segunda metade do Século XIX, por meio da cultura escolar, buscou imprimir, na mentalidade da época e no cotidiano dos sujeitos, práticas, condutas e comportamentos, visando, de alguma forma, ao desenvolvimento da província.

Em todo o Império brasileiro, as províncias lutavam por firmar o seu modelo escolar e fomentar entre a população a aceitação da educação oferecida pelo Estado. Na província do Pará, a interiorização da escola pública se tornou uma meta dos governos, sobretudo, a partir da década de 1870. O crescimento do número de escolas masculinas e femininas, na década de 1870, é notório na região, nas capitais, nas cidades, nas vilas e nos povoados do interior. Em se tratando de uma extensa área geográfica, que ocupava cerca da metade do território brasileiro, com baixíssima densidade populacional, o esforço de disseminar a instrução popular é digno de nota.

A disseminação da instrução pública primária foi marcada por diversos obstáculos exaustivamente descritos pelas autoridades paraenses. Convém frisar que a população do interior da província não necessariamente rejeitou o esforço educacional dos governos. Pais de famílias e demais moradores dos povoados absorveram a escola como um projeto para seus filhos, cobrando dos poderes públicos tudo o que entendiam que era necessário para o pleno funcionamento da escola.

Uma das preocupações das famílias que enviaram seus filhos às escolas primárias paraenses era o aproveitamento dos alunos, a moralidade, a probidade dos mestres e, principalmente, o custo alto de ceder às crianças para que, durante anos, passassem parte do dia nas escolas, pois essas famílias precisavam do trabalho delas para ajudar no sustento de suas casas.

Uma estratégia adotada pelo governo para que fosse alcançado o objetivo da expansão da instrução pública primária foi a obrigatoriedade escolar como forma de coagir os pais a matricularem seus filhos nas escolas primárias públicas. Porém essa estratégia teve o seu reverso, porque os pais acabaram impondo ao governo provincial formas de funcionamento e de difusão das escolas primárias.

A distribuição das escolas primárias, em grande parte, foi determinada pelo poder político-eleitoral. Contudo, a pressão dos moradores exerceu papel primordial para a instalação de escolas primárias em algumas localidades, visto que as famílias exigiam e denunciavam o descaso do governo com sua população. Assim, foram instaladas escolas primárias em algumas localidades do interior onde havia cerca de 10 ou 15 crianças para estudar. Sua criação provinha do próprio querer local, por meio de professores e moradores. Embora fosse uma instituição do Estado, não ignorou as demandas e as necessidades dos pais, entre elas, a de mobilidade, acarretada pelas atividades laborais extrativistas de muitos, nos casos em que as escolas eram transferidas de lugar em determinado período do ano.

O ensino obrigatório era uma questão sobremaneira polêmica em todo o Império, devido à dificuldade de implantá-lo, por causa da dispersão da população, da insuficiência de escolas e das dificuldades de transporte. A penalidade da multa, nos casos das crianças com idades entre seis e 14 anos que não estivessem recebendo a instrução primária nas escolas públicas ou particulares ou em suas próprias casas, era condenada por muitos no período.

Temia-se que a medida ocasionasse efeito contrário e fizesse com que os mais pobres e os índios intensificassem o nomadismo de forma a fugir das punições. Até o final do Século XIX, a imprensa paraense discutiu o tema, revelando que inexistia unanimidade quanto à validade e à aplicabilidade da norma.

Outro obstáculo enfrentado pela instrução primária na província do Pará era a falta de comunicabilidade entre as diversas unidades de ensino, o que gerou problemas administrativos que ocorriam à medida que as escolas eram isoladas e distintas umas das outras e consumiam maior parte dos recursos existentes. Embora destoassem quanto ao espaço que ocupavam, unificavam-se em outro elemento material, que indicava a criação de um ambiente mais estruturado, isto é, na legislação.

Entendemos que este estudo contribuiu para escrever a história da educação na Amazônia, porquanto trouxe para discussão a instrução primária na província do Pará na segunda metade do Século XIX. Portanto fomentará outras pesquisas acerca da história da educação na Amazônia, sobre outros níveis de ensino e outros períodos da instrução nesse lugar.

ABSTRACT

This article aims to analyse strategies of dissemination of public primary education in the province of Para in the 1870s. Methodologically this study is based on a careful and extensive documentary research, including reports and letters of presidents of the province of Para; reports of directors of public instruction; educational laws and regulations of primary schools in the province of Para and local newspapers. These sources were researched in the Arthur Viana Public Library of Para, in the Public Archives of the State of Para, the Brazilian Geographic and Historical Institute and the National Library. To understand the strategies of dissemination of primary education in the province of Para, in the 1870s, we take as our starting point theorists of "cultural history". Among the strategies for the dissemination of the primary public education are: creating primary night schools, public education offered by charities or within public institutions such as the Army, Navy, Police and Prisons and the creation of agricultural primary schools. Primary education in the province of Para was established in the 1870s on socio-political and cultural bases that accompanied the construction of the project of the modern "Nation-State". In this sense the provincial government gave priority to public primary schooling as a government policy. During this period, it is

possible to observe the emergence of initiatives directed at the expansion of popular education despite the province of Para not having the necessary conditions for operating and maintaining primary schools. We believe that this study contributes to the historiography of education in the Amazon, by promoting discussion on primary education in the province of Para in the second half of the nineteenth century. We believe that this study will stimulate further research into the history of education in the Amazon, and into other levels of education, as well as into other periods of instruction in the province of Para.

Keywords: Primary Education. Province of Para. Nineteenth century.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Rostos de crianças no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Org.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da infância no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BEZERRA NETO, José Maia. As luzes da instrução: o Asylo de Santo Antônio em Belém do Pará (1870-1912). In: ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth (Org.). **A escrita da história**. Belém: NAEA/UFGPA, 1998.

_____. As oficinas do trabalho: representações sociais, institutos e ensino artístico no Pará (1830/1888). **Revista Ver a educação**, Belém, v. 1, n. 1, p. 41-70, jan/jun. 1996.

BULAMARQUI, Ruth. **Transformações demográficas numa economia extrativa: Pará 1872-1920**. 1984. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Paraná, Curitiba, 1984.

CHARTIER, Roger. **História cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

_____. O mundo como representação. In: _____. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Tradução: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: EdUFRGS, 2002, p. 61-80.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: **Educação, modernidade e civilização: fontes e perspectivas de análise para a história da educação oitocentista**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

GATTI JÚNIOR, Délcio; ARAÚJO, José Carlos Souza. **Novos temas em história da educação brasileira**. Uberlândia: Autores Associados, 2002.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneira, 2003.

MAROJA, Ana Paula. **O espaço São José (Belém-Pa): libertos dos grilhões da lei e presos às imagens do tempo**. Belém: Universidade da Amazônia, 2002.

MUNIZ, Palma. **Estado do Grão-Pará: imigração e colonização: história e estatística - 1616-1916**. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1916.

NÓVOA, Antônio. A Imprensa de Educação e Ensino: concepção e organização do repertório português. In: CATANI, D. B.; BASTOS, M. H. C. (Org.). **Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação**. Escritura. São Paulo, 1997.

NUNES, Francivaldo Alves. **Sob o signo do moderno cultivado**: Estado imperial e agricultura na Amazônia. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, 2011.

O LIBERAL DO PARÁ. Belém, 16 de março de 1874.

O LIBERAL DO PARÁ. Belém, 29 de agosto de 1879.

O LIBERAL DO PARÁ. Belém, 30 de agosto de 1879.

PAIVA, V. P. **Educação popular e educação de adultos**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1987.

PARÁ. Relatório dirigido à Assembleia Legislativa do Pará na segunda sessão da décima segunda legislatura pelo Exmo. Sr. Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque, presidente da mesma província, em 17 de agosto de 1861. Typ. **Diário do Gram-Pará**, 1861.

_____. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na primeira sessão da décima oitava legislatura em 15 de fevereiro de 1872, pelo presidente da província Dr. Abel Graça. Pará, Typ. **Diário do Gram-Pará**, 1872.

_____. Falla com que o Excl. Sr. Dr. João Capistrano bandeira de Mello Filho abriu a segunda sessão da vigésima legislatura da Assembleia Legislativa da Província do Pará, em 15 de fevereiro de 1877. Pará, **Typ. do Livro do Commercio**, 1877.

_____. Relatório dirigido à Assembleia Legislativa do Pará na segunda sessão da vigésima segunda legislatura em 15 de fevereiro de 1881 pelo Exmo. Sr. Dr. José Coelho da Gama e Abreu. Pará Typ. **Diário de Notícias do Costa & Campbell**, 1881.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. **História & história cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PROVÍNCIA DO PARÁ. Belém, 10 de agosto de 1876.

RIZZINI, Irma. **O cidadão polido e o selvagem bruto**: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGHIS, 2004.

SCHUELER, Alessandra F. Martinez. Os jesuítas e a educação das crianças: Séculos XVI ao XVIII. In: RIZZINI, Irma (Org.). **Crianças desvalidas, indígenas e negras no Brasil**: cenas da Colônia, do Império e da República. Rio de Janeiro. Instituto Interamericano del Niño / USU, **Anais...** 1995. p. 299-246.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Os aprendizes de guerra. In: DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000. p. 196.